

**IV REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E XIII REUNIÃO DE
ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE
04 A 07 DE AGOSTO DE 2013
FORTALEZA-CE**

GRUPO DE TRABALHO: Intercensões de Gênero, Raça e Movimentos Sociais: Olhares comparativos sobre diferentes representações.

**LÉSBICAS MULHERES NEGRAS: CRISE DE REPRESENTAÇÃO A
PARTIR DAS SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES.**

Ana Cristina Conceição Santos
ayana_candace@yahoo.com.br
Universidade Federal do Ceará

Robenilton dos Santos Luz
niltonluz@yahoo.com.br
Universidade Federal da Bahia

LÉSBICAS MULHERES NEGRAS: CRISE DE REPRESENTAÇÃO A PARTIR DAS SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Ana Cristina Conceição Santos
Robenilton dos Santos Luz

- **INTRODUÇÃO:**

“Seremos mulheres juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos garotas lésbicas juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos mulheres negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos lésbicas negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Demorou algum tempo até percebermos que nosso lugar
Era a casa da diferença ela mesma,
Ao invés da segurança de qualquer diferença em particular”
Audre Lorde

Iniciamos esse texto com um poema de Audre Lorde, feminista lésbica afro-americana, que na sua composição nos apresenta a interseccionalidade das identidades – lésbica mulher negra – e como essa pluralidade de identidades sobrepujadas coloca em xeque as identidades dominantes.

Pesquisas e teorias desenvolvidas sob distintos enfoques tratam das diversas identidades que constituem o sujeito – raça, gênero, orientação sexual – no contexto social, como desenvolvidas por Fanon (1952), Scott (1989), Butler (1990), McRae (1990), Costa (1996), Munanga (1999), Hall (2003), entre outros. Contudo, constituem-se ainda incipientes os trabalhos que trazem o debate em torno das pluriidentidades, em especial, das lésbicas mulheres negras, como de Audre Lorde e Ochy Curyel.

Este artigo se apresenta como uma reflexão inicial sobre as tensões a partir das identidades representativas das lésbicas mulheres negras. A metodologia utilizada para esta investigação tem natureza qualitativa sendo a pesquisa bibliográfica e o método

utilizado é a revisão bibliográfica. Colocamos-nos na perspectiva de pesquisadores ativistas, pois nosso lugar de fala e atuação é a partir da academia e também do movimento social (movimento negro e LGBT) e entendemos que não há como desassociarmos nossas identidades nos espaços em que ocupamos.

Sabemos que não é possível trazer essas questões à tona sem provocar, incomodar, transgredir, desobedecer, infringir o modelo normativo de sujeito imposto, cujas características demarcadas – homem, branco, heterossexual, adulto, burguês, urbano, entre outras – é legitimado no meio acadêmico.

- **TEORIAS DA IDENTIDADE: ACADEMIA E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Mas o que é a identidade? Em que medida elas existem? Em que limites elas coexistem? Não seria melhor lutar contra elas – todas elas? Quais as possibilidades de superar os esquemas de desigualdade sem superar a própria lógica de diferenciação valorativa que constituem as identidades sociais?

As identidades não existem fora das relações sociais, nem são impermeáveis ao conjunto dessas relações, adaptando-se às mudanças e influenciando-as. Isso implica também que as identidades não são as mesmas em diferentes sociedades e em diferentes épocas.

Se aceitarmos a sugestão de Franz Fanon (1952), elas são criadas pelos que já possuem o poder, mas querem legitimá-lo e inibir a reação dos dominados. Naturalmente, ao criar a identidade dominada, por oposição, cria-se também a identidade dominante, por exclusão. “O branco criou o negro”, escreveu Fanon, referindo-se ao um conjunto de características atribuídas impositivamente pelo primeiro ao segundo, sendo a sua própria identidade criada em oposição à primeira: inteligente por oposição, bonita por exclusão, positivada por efeito de negação.

O processo não segue o mesmo padrão para toda e qualquer identidade. As identidades de gênero, sugerem as recentes teorias feministas, foram criadas ao mesmo tempo e não necessariamente teriam um “autor” relativamente consciente de sua produção. Algumas estudiosas negam a necessidade de um “autor” prévio, dotado do poder de enunciar e produzir seu próprio efeito, mas afirmam que esse poder deriva da

própria enunciação em si (BUTLER, 1990).

O papel da alteridade e do poder no processo de construção da identidade é reconhecido por todas as teorias. O poder permeia, limita e expande a capacidade de produção e atualização das identidades nos contextos culturais. Há uma confusão comum entre poder, alteridade, identidade e exclusão. Na ausência de poder, não existe identidade: é o poder que permite enunciar a diferença. Mas o poder também é o que permite a desigualdade e a exclusão. Toda a experiência identitária, nos contextos sociais que conhecemos, torna-se também uma experiência de exclusão. Por isso, é impossível separar os conceitos e sua ocorrência nas disputas sociais.

A heteronormatividade, racializada, sexista e classista ergue-se na invenção de si e constrói sua imagem positiva. Ela constrói-se na imagem do sagrado, afasta-se do profano. Constrói-se no Apolo versus o Dionísio, acorrenta os exus, exorciza as sexualidades. Daí, constata-se que a afirmação da identidade relaciona-se com a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. (MESSEDER, 2012, p. 156)

As identidades encerram seus sujeitos em determinados contextos políticos, econômicos e culturais intransponíveis. As teorias mais recentes identificadas com valores pós-modernos questionam esse suposto caráter fixo das identidades sociais (HALL, 2003).

Por fim, é possível afirmar que as identidades são sempre múltiplas, e isso não configura um problema *a priori*. Todos têm origem, raça, expressão de gênero, classe social, identidade sexual. São condições essenciais para que os sistemas de inteligibilidade possam conferir “humanidade” a diferentes sujeitos na estrutura civilizatória, dependendo da demarcação de espaços, funções, possibilidades e limitações de indivíduos e grupos sociais. A questão, portanto, não são as identidades – ou as diferenças que as constituem -, mas as desigualdades que elas criam, explicam ou naturalizam em determinados contextos sociais. Reconhecemos as construções sociais sobre as raças, o gênero a sexualidade como três relações fundamentais no intrincado jogo das disputas sociais. Elas procuram naturalizar-se através de características físicas e demarcadas no corpo – respectivamente, a cor da pele, os órgãos sexuais e a relação necessária entre gênero, desejo e prática sexual. Tais vetores desigualam os sujeitos e suas experiências na sociedade. Brancos, homens e heterossexuais se opõem a negras,

mulheres e homossexuais pelas desigualdades legitimadas nas identidades, ou seja, nas construções sociais construídas sobre os corpos e seus sujeitos.

Os problemas começam quando o posicionamento identitário do sujeito não se encontra dentro do padrão hegemônico – por exemplo, ao se tratar do gênero feminino - e se avolumam caso ela pertença a uma ou mais posições em desvantagem na lógica desigual em que a sociedade se organiza. Esse processo cria hierarquias dentro de cada vetor de identificação, sempre associada com os demais vetores para aprofundar e consolidar toda uma complexa hierarquia social, econômica e política. Assim, os homens brancos, ricos e homossexuais estariam no topo, em detrimento das mulheres negras lésbicas e pobres. A esses padrões podem ser acrescentados muitos outros, como capacidade (que excluem as pessoas com deficiência) e beleza (considerado dentro de um padrão eurocêntrico). Por fim, cada item possui “valores” hierarquizantes, mas esses valores são instáveis, negociáveis e intercambiáveis. Consequentemente, uma mulher branca e um homem negro podem vivenciar diferentes situações de vantagens e desvantagens flutuantes.

A constatação de que os indivíduos e coletivos podem viver situações de dominação e opressão nas mesmas relações (BRANCO, 2008) leva algumas reflexões a acusar qualquer tentativa de dividir a sociedade em “opressores” e “oprimidos” de “maniqueísmo reducionista” e defender a luta contra as ideias, valores e até identidades, ao invés de indivíduos e instituições. Aqui se defende que há uma relação dialética entre os binômios indivíduo/coletivo e ideias/instituições que não autorizam estratégias diversionistas típicas de confusões pós-modernas. As agendas políticas são contingenciais e estabelecem, a partir de determinadas avaliações localizadas, qual inimigo ou adversário deve ser combatido (CURIEL, 2002; BRAH, 2006). A relação de opressão é o guia para avaliar onde e quando é preciso combater o opressor, a opressão, ambos ou mesmo nenhum, uma vez que múltiplas questões sempre se colocam.

Monique Wittig defendeu que as lésbicas não são mulheres e proclamou essa via de superação do “gênero” e do contrato sexual “compulsório” (BUTLER, 1990). Wittig e as lésbicas não pretendem de fato criar um novo campo da luta política oposto e apartado da organização feminista, mas sim dialogar com as mulheres (em geral brancas, homossexuais, de classe média) que se creem representantes universais do sujeito

mulher.

A ideologia da diferença sexual funciona como uma censura em nossa cultura ao mascarar, por naturalização, a oposição social entre homens e mulheres. Masculino/feminino, macho/fêmea são categorias que servem para ocultar o fato de que diferenças sociais sempre pertencem a uma ordem econômica, política, ideológica. Todo sistema de dominação estabelece divisões no nível material e econômico.
(WITTIG, 1992, p. 2)

É para confrontar esse sujeito universal que elas se afirmam lésbicas, e não mulheres. Tal jogo de palavras não é perceptível para todas, e muitas vão culpar as lésbicas por fracionarem a luta das mulheres. Outro elemento que pode passar despercebido à análise. A universalidade do sujeito mulher em relação às lésbicas, às mulheres negras, às mulheres jovens, dentre outras mulheres, não é resultado da construção feminista da mulher, como supõem as críticas pós-modernas, uma vez que os feminismos se opõem à substância, à rigidez e à universalidade do patriarcado. Mas é provável supor que as mulheres brancas, adultas e de classe média aceitem a universalidade que elas mesmas representam.

Curiel (2002) revela preocupação com as políticas identitárias universalistas ao asseverar que:

a análise das políticas de identidade deve começar com um entendimento de como eles vão desenvolver conflitos sociais e discursos hegemônicos para visualizar suas profundas contradições. Temos que tomar uma posição ou rejeitar o simplismo para assumi-los. É uma questão complexa na ação política, porque embora possamos pensar que estamos contra sistemas de dominação, podemos contribuir para a sua perpetuação e vice-versa. (tradução nossa) (p.16).

- **Intercruzando gênero, raça e sexualidade**

Ao afirmar uma identidade, o primeiro movimento é quase sempre de oposição à identidade dominante, oposição que é acrítica à reprodução do próprio mecanismo de exclusão. Com isso, a afirmação da identidade dominada derrapa no erro de universalizar-se e essencializar-se. Com o argumento da unidade, da prioridade e do foco da agenda pública, anuncia uma unicidade artificial e efêmera e reproduz os esquemas de dominação.

O caráter universalizante das identidades pressupõe certa “exclusividade mútua”.

Ser negro, por exemplo, é uma identidade unificada que contemplaria a todas as pessoas que pudessem ser incluídas nesse grupo. O mesmo ocorre com as mulheres e com lésbicas. As características de gênero, raça e sexualidade podem ser associadas para produzir uma identidade aparentemente “autêntica”. Mas essas associações limitam a margem de erro dos estereótipos das identidades e facilita a ocorrência de “falhas” na produção das identidades.

A “masculinidade” é uma característica associada a lésbicas e a mulheres negras, podendo se somar no caso das lésbicas negras. Outras características, no entanto, se repelem: às mulheres negras é atrelada uma sensualidade e uma libido sexual exageradas, mas não às lésbicas. Os choques entre as identidades permitem a ocorrência de “falhas” no ajustamento entre as identidades. As lésbicas negras acabam por denunciar a falácia das identidades hegemônicas, mas também de parcela expressiva das identidades contra-hegemônicas incluídas na zona de conforto de uma identidade. Elas mostram que uma identidade não pode ser a mola mestra das experiências dos sujeitos. Com isso, perdem pontos nos processos de identificação e costumam se sentir desconfortáveis em comunidades negras, de mulheres, ou de lésbicas.

A invisibilidade das questões que remetem a lésbicas e a mulheres negras se avoluma quando são lésbicas negras. Imiscuir as identidades subordinadas em três campos distintos da experiência social é um fator de exclusão e apagamento eficiente. É importante assumir que não se trata de “somar opressões”, como se fosse um conjunto conhecido de experiências diferentes, coerentes e mensuráveis. As identidades se “imiscuem” porque se confundem, se chocam, falham. Os sujeitos de corpo, a unidade central de experimentação das relações sociais, assumem todas as representações de gênero, raça e sexualidade ao mesmo tempo, nas mais diferentes formas. O resultado é a potencialização dos esquemas de dominação nos sujeitos que assumem a identidade negra lésbica.

O problema destas visões é que elas pressupõem que as estruturas de opressão são autônomas (BRAH, 2006). Ainda hoje, as organizações sociais e pesquisas acadêmicas tratam os vetores da opressão como se pudessem ser analisados separadamente. Mulheres negras lésbicas são levadas a decidir qual estrutura de

dominação devem combater e, dentro delas, disputar politicamente a inclusão de suas especificidades. Mas as identidades sequer permitem esse nível de dissociação.

Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída da outra e é constitutiva dela. (BRAH, 2006, p. 351)

As experiências de racismos na comunidade lésbica, ou de lesbofobias nas comunidades negras, para ficar em dois exemplos, não são um sinal apenas da presença das identidades lésbicas negras nesses espaços. É um sinal maior ainda da presença hegemônica da heterossexualidade branca.

(...) há uma tendência a tratar questões de desigualdade através do foco nas vítimas da desigualdade. Discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é construído através da classe e do racismo. Isso significa que a “posição privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis. (BRAH, 2006, p. 352).

Ao invés de facilitar alianças estratégicas contra ambas às formas de opressão, as experiências das lésbicas negras comprovam a eficiência da hegemonia em dividir e dispersar as disputas contra-hegemônicas.

Uma das críticas de Judith Butler às teorias mais tradicionais do feminismo é que elas não absorviam a diversidade de classe, raça e identidade sexual dessas mulheres e, nesse caso, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (BUTLER, 1990, p. 35). Isso levou Audre Lorde a condenar veementemente a “arrogância da academia” ao “assumir qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas várias diferenças, e sem uma perspectiva significativa das mulheres pobres, Negras e Terceiro-Mundistas, e lésbicas” (LORDE, 2012, s/ pág.).

A crítica de Audre Lorde pode ser ampliada além da teoria feminista tradicional, ou da academia. As bandeiras multiculturalistas têm falhado em abranger seu caráter múltiplo, sempre hegemônicas pelos perfis mais aceitáveis para a ordem dominante. Opera-se uma redução das possibilidades múltiplas de identificação dos sujeitos

justificada pela necessidade de uma unidade que se mostra artificial e opressiva, não raras vezes excludente. Para mulheres, negras/os e LGBT, conviver em mais de um campo dessas identidades pode se tornar impossível. No entanto, Lorde expõe sua aversão a essa pseudo-unidade ao pronunciar que “eu simplesmente não acredito que um aspecto de mim pode possivelmente lucrar da opressão de qualquer outra parte de minha identidade.” (2009, p. 05).

As feministas negras têm papel de destaque no desmonte da identidade universal de mulheres e de negros. As feministas negras forneceram importante acúmulo teórico na crítica à hegemonia branca e ocidental do feminismo. Sueli Carneiro (2003), em seu artigo *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* afirma que as experiências das mulheres negras se diferenciam das mulheres não-negras, visto que as relações de gênero perpassando pela cor e raça continua aos moldes da época da escravidão.

O feminismo negro mostrou que assumir-se mulher como uma identidade maior não contemplava e ainda não contempla a questão racial e por isso a importância de visibilizar a identidade racial no entrecruzamento com outros vetores e revelar formas de opressões e exclusões que caminham associadas.

O conceito de patriarcado, por exemplo, não é suficiente para universalizar a experiência da dominação masculinidade em toda e qualquer sociedade, em todo e qualquer período histórico. As feministas negras lembram as diversas civilizações matriarcais da sociedade africana e, mais do que isso, as culturas africanas que equilibravam as relações de gênero (BRAH, 2006). No Brasil, as cosmovisões africanas que sobreviveram através do candomblé são suficientes para demonstrar sujeitos e experiências que não se conformam nos padrões ocidentais.

Ao interrogar as críticas ao feminismo negro, Avtar Brah (2006) questiona o argumento de que este só serve às mulheres negras. Brah questiona o “feminismo branco”, supostamente aberto a todas as mulheres, historicizando a experiência britânica e americana para evidenciar o fracasso deste último em contemplar as lutas das mulheres negras, de mulheres lésbicas ou de mulheres de castas baixas. A autora ainda sugere a utilidade do feminismo negro para deturpar construções universalistas e essencialistas das identidades negras e de mulheres.

O sujeito político do feminismo negro descentra o sujeito unitário e masculinista do discurso eurocêntrico, e também a versão masculinista do “negro” como cor política, ao mesmo em que perturba seriamente qualquer noção de “mulher” como categoria unitária. Isso quer dizer que, embora constituído em torno da problemática da “raça”, o feminismo negro desafia performativamente os limites de sua constituição. (BRAH, 2006, pg. 357-358)

Defendemos que essa “habilidade” explorada pelo movimento de mulheres negras está à disposição de qualquer organização social pluriidentitária. As construções de sujeito unitário e universal perdem força também com a organização das lésbicas negras. A compreensão de que a opressão opera sob diferentes vetores para produzir múltiplas hierarquias permite produzir identidades conscientes de suas limitações, limita as ficções de fixação e promove diálogos entre diferentes vetores de opressões.

- **Separando para unificar: o que as lésbicas mulheres negras podem ensinar na pós-modernidade**

O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper!

Audre Lorde

Se o feminismo negro já mostrou as interconexões entre gênero, raça, classe e sexualidade (dentro da lógica da heterossexualidade), ainda são poucas as discussões envolvendo raça e homossexualidade, mais especificamente, raça e lesbianidade. Audre Lorde (2012) é uma das autoras que contribuíram para ampliar a teorização sobre o tema.

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão. (p. 06)

À procura de representatividade e do conforto das identidades, as lésbicas negras criam organizações sociais e campos de estudos próprios. São inevitáveis os

tensionamentos e fragmentações, que por sua vez multiplicam o falacioso argumento da “divisão”, que uma vez já foi da classe e, hoje, é do “segmento”. Com efeito, a pluriidentidade dos sujeitos sobrepõe-se à importância da produção de uma unidade a reforçar aspectos das discriminações outras que não aquelas pelas quais lutam para superar, provocando tensões e conflitos nem sempre indispensáveis. Em outras palavras, a necessidade de afirmação sobrepõe-se à unidade artificial que reduz indivíduos complexos e sujeitos de identidades a uma ou outra identidade.

O que propomos como argumento é que as divergências, tensões e “rupturas” não são mais do que uma forma de diálogo, para além tanto da aparência das atitudes de lideranças e organizações localizadas no tempo e no espaço, quanto da recorrência dos mesmos “problemas” a médio e longo prazo. Se boa parte da militância e das organizações políticas, ao sofrer no interior dos movimentos os efeitos das desigualdades que buscam superar, é “expulsa” do movimento sem que isso gere qualquer iniciativa de “resgate”, essa ruptura tende a ocorrer tão somente no campo institucional em um período maior de tempo. Com efeito, o processo atual de consolidação de organizações pluriidentitárias e de reconhecimento das identidades mais proeminentes nas lutas mais tradicionais e supostamente “universais” é parte de um processo de fortalecimento dos movimentos sociais identitários e pós-identitários.

Assim, o surgimento de organizações e grupos de pesquisa de mulheres negras lésbicas não implica na divisão e conseqüente enfraquecimento dos movimentos sociais. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência e resistência militante dessas identidades intercruzadas que, de outro modo, não seriam representadas em grupos supostamente mais amplos, mas incapazes de transversalizar raça, sexualidade, gênero e classe (BRAH, 2006). Essas novas organizações, ou antigas organizações que se tornam mais visíveis, contribuem para o crescimento de todas as lutas sociais ao contemplar mulheres com experiências negativas em organizações mistas. Também contribuem para o acúmulo ideológico dos movimentos sociais ao ampliar as formulações sobre discussões aparentemente localizadas.

Resta um desafio: o que fazer para unificar os mais diversos movimentos sociais em pautas e agendas gerais?

Algumas tentativas têm sido feitas recentemente. As marchas transnacionais ou

pós-identitárias, como a Marcha das Vadias, têm procurado contemplar diferentes lutas e identidades sociais. As organizações tradicionais também se abrem mais para temas que estariam, em outro momento, de fora do alcance da sua pauta.

As rupturas provocadas pelos movimentos multiculturalistas levaram as organizações dos mais diversos movimentos sociais a um esforço de contemplar as identidades mais proeminentes do debate político das últimas décadas – raça, gênero e identidade sexual – em sua luta. A dispersão aparente das identidades pode ter como consequência à pluralização dos movimentos sociais em médio prazo e, conseqüentemente, a uma unidade não de organizações, mas de agendas políticas, a exemplo do que já ocorre com a Marcha das Vadias e a Marcha pelo Estado Laico. A luta não se daria apenas no nível das instituições do movimento social, que têm o importante papel de representação das agendas públicas, mas responderia ao diálogo que não é medido pela sua eficácia, sequer tem uma resposta direta e necessariamente em políticas públicas.

Um dos efeitos dessa reorganização necessária da luta política é retirar os próprios movimentos sociais, a intelectualidade engajada e a elite política da sua zona de conforto. Os homens negros, agora, têm de discutir gênero e assumir-se como identidade dominante. As teóricas feministas procuram agora falar das interseccionalidades vivenciadas pelos gêneros – ou pelo gênero, a depender da corrente (LORDE, 2012; CURIEL, 2002). E as políticas públicas estão paulatinamente assumindo os recortes dentre das políticas universalistas ou focalizadas.

Ainda cabe uma crítica a crítica das identidades e suas dispersões. Até onde as representações esgarçadas não são limites da identidade, mas os limites da democracia representativa? Até onde poderíamos pensar em uma representatividade mais plural, mais diversificada, uma vez que ela represente a própria representatividade do movimento social?

- **(IN)CONCLUSÕES:**

A partir dos anos 80, a política passou a ser de “reconhecimento das diferenças e das identidades” (FRASER apud CURIEL, 2002, p. 103). As lésbicas negras emergem nesse contexto, mas trata-se de um processo de rupturas sem fim. É preciso superar a

tendência à fragmentação coletiva e à individualização da luta política sem deter a emergência das novas identidades que desmascarem as hierarquias e as inteligibilidades dadas.

As lésbicas negras se organizam e passam a reivindicar visibilidade nesse contexto, produto das emergências das novas identidades e, ao mesmo tempo, críticas dos modelos universalistas e essencialistas. Representam novas possibilidades de identificação que reúnem diversas opressões em suas interconexões e associações. E permitem prever novas identidades a surgir da identidade (igualdade) na diferença. Seria a opressão em si que criaria identidades motivadas para a superação da dominação.

Para isso, é preciso superar os problemas de representatividade. Uma questão poderia resumir o desafio: como superar a tendência à fragmentação coletiva e à individualização sem deter a organização das lutas políticas? Ao lidar com diferentes vetores de opressões, as lésbicas negras podem contribuir para a formulação de estratégias coletivas para subverter a hegemonia e confundir a hierarquia da dominação.

REFERÊNCIAS:

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**, 26, 2006: p. 329-336.

BRANCO, Patricia. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. **Julgar**, n. 4, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1990]. 2ª edição.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em 20 ago. 2012.

COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 63-89.

CURIEL, Ochy. **Identidades essencialistas o construccion de identidades politicas: el dilema de las feministas negras**, 2002. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/22805/1/articulo2_4.pdf>. Acesso em: 12 dez 2011.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2009 [1952].

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000. Caderno n. 13, v. 3, 1932-1934.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. Tradução: Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. 10ª edição.

HOOKS, bell. Eros, erotismo e processo pedagógico. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição.

LORDE, Audre. **Sister outsider: essays and speeches**. Berkeley: crossing Press, 1984.

_____. Não há hierarquias de opressão. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Edições Lesbofeministas Independentes. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/99741/AUDRE%20LORDE.pdf>>. Acesso em: 27 jan 2012.

_____. **As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa-grande**. Disponível em: <<http://niltonluz.blogspot.com.br/2012/02/o-texto-abaixo-e-uma-fala-de-audre.html>>. Acesso em abr 2012.

LUZ, Robenilton dos Santos. A interseção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e subhegemonias. In: VENTURY, Gustavo e BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 1ª edição.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "Abertura"**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

MESSEDER, Suely. Quando as lésbicas entram na cena do cotidiano: uma breve análise dos relatos sobre mulheres com experiências amorosas/sexuais com outras mulheres na heterossexualidade compulsória. In: **Universidade e Sociedade**. Distrito Federal: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano XXI, nº 49 (jan. 2012)

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

RATTS, Alex. Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgbt. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira e LIMA, Solimar Oliveira (Orgs.). **Homossexualidade sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Booklinks/Tresina: Grupo Matizes, 2007.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989.

WITTIG, Monique. *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press, 1992.